

SUMÁRIO

Capítulo I

CONSTITUCIONALISMO	35
1. Origem e conceito	35
2. Desenvolvimento	36
2.1. Constitucionalismo antigo	36
2.2. Constitucionalismo medieval.....	37
2.3. Constitucionalismo moderno	37
3. Neoconstitucionalismo	41
3.1. Patriotismo Constitucional	43
3.2. Transconstitucionalismo	44
3.3. Estado Constitucional Cooperativo	45
3.4. O Novo Constitucionalismo Latino-Americano	46
3.5. O Constitucionalismo Negro.....	48
3.6. O Constitucionalismo Feminista	52
3.7. O Constitucionalismo Decolonial.....	57
4. Quadro Sinótico.....	64

Capítulo II

DIREITO CONSTITUCIONAL	69
1. Origem, conceito e natureza do Direito Constitucional	69
2. Objeto do Direito Constitucional.....	71
3. Espécies ou Divisão do Direito Constitucional	72
3.1. Direito Constitucional Especial, Positivo ou Particular.....	72
3.2. Direito Constitucional Comparado.....	72
3.3. Direito Constitucional Geral.....	72
4. Relações do Direito Constitucional com outros ramos do Direito.....	73
5. Relações do Direito Constitucional com disciplinas afins de caráter não jurídico	85
6. Fontes do Direito Constitucional	85
7. Quadro Sinótico.....	87

Capítulo III

TEORIA DA CONSTITUIÇÃO.....	91
1. Considerações acerca do vocábulo “Constituição”	91
2. As principais teorias da Constituição	92
2.1. A Constituição como “garantia do <i>status quo</i> econômico e social” (Ernst Forsthoff)	93
2.2. A Constituição como um “instrumento de Governo” (W. Hennis).....	93
2.3. A Constituição como “processo público” (Peter Häberle).....	94

2.4.	A Constituição como “conjunto de normas constitutivas para a identidade de uma ordem político-social e do seu processo de realização” (R. Bäumlín).....	94
2.5.	A Constituição como “programa de integração e de representação nacional” (H. Krüger).....	95
2.6.	A Constituição como “ordem jurídica do processo de integração estatal” (Rudolf Smend).....	95
2.7.	A Constituição como “ordem jurídica fundamental, material e aberta de uma comunidade” (Konrad Hesse)	95
2.8.	A Constituição como “legitimação do poder soberano segundo a ideia de Direito” (G. Burdeau)	96
2.9.	A Constituição como “fim político fundamental sustentado pelas forças sociais dominantes” (C. Mortati)	96
2.10.	A Constituição como “norma fundamental, forma de governo e princípio de produção normativa” (F. Modugno).....	97
2.11.	A Constituição como “totalidade, normalidade e normatividade” (H. Heller).....	97
3.	Origem e conceito de Constituição	98
3.1.	Origem.....	98
3.2.	Conceito.....	98
4.	Concepções sobre a Constituição.....	99
4.1.	A concepção sociológica	99
4.2.	A concepção política	101
4.3.	A concepção jurídica.....	104
4.4.	A concepção cultural (conexão das concepções anteriores)	109
5.	Supremacia da Constituição.....	121
6.	A unidade normativa da Constituição	126
7.	Objeto e conteúdo das Constituições	127
8.	Classificação das Constituições.....	127
8.1.	Quanto ao conteúdo: <i>Material e Formal</i>	127
8.2.	Quanto à forma: <i>Escrita e Não Escrita</i>	129
8.3.	Quanto à origem: <i>Democrática e Outorgada</i>	129
8.4.	Quanto à estabilidade ou consistência ou mutabilidade: <i>Imutável, Fixa, Rígida, Flexível e Semirrígida ou Semiflexível</i>	130
8.5.	Quanto à extensão: <i>Sintética e Analítica</i>	132
8.6.	Quanto à finalidade: <i>Garantia e Dirigente</i>	133
8.7.	Quanto ao modo de elaboração: <i>Dogmática e Histórica</i>	133
8.8.	Quanto à ideologia: <i>Ortodoxa e Eclética</i>	134
8.9.	Quanto ao modo de ser (classificação ontológica): <i>Normativa, Nominal e Semântica</i>	134
8.10.	Classificação da Constituição brasileira de 1988	135
9.	Estrutura das Constituições	135
10.	Elementos das Constituições.....	136
11.	A Constituição Dirigente	137
12.	A Constituição brasileira de 1988	145
13.	Quadro Sinótico.....	147

Capítulo IV

TEORIA DA NORMA CONSTITUCIONAL	155
1. A constituição como um sistema aberto de normas.....	155
2. A norma constitucional: conceito e natureza	156
3. As condições de aplicabilidade da norma constitucional	158
4. As espécies de norma constitucional: os princípios e as regras. A “normatividade” dos princípios	160
4.1. A distinção entre regras e princípios em Robert Alexy	165
5. A eficácia jurídica da norma constitucional	169
5.1. O problema da eficácia das normas constitucionais.....	169
5.2. Normas constitucionais mandatórias e normas constitucionais diretórias.....	171
5.3. Normas constitucionais <i>self-executing</i> e <i>not self-executing</i>	172
5.4. A classificação da doutrina italiana	174
5.5. A classificação de J. H. Meirelles Teixeira.....	175
5.6. A classificação de José Afonso da Silva	175
5.7. A classificação de Celso Ribeiro Bastos e Carlos Ayres de Britto	179
5.8. A classificação de Maria Helena Diniz	180
5.9. Reflexões acerca das classificações examinadas e tomada de posição pessoal	181
5.10. Eficácia jurídica das normas constitucionais programáticas	183
5.11. Distinção entre Retroatividade Máxima, Média e Mínima.....	187
5.12. Derrotabilidade das Normas Jurídicas	189
6. Os princípios constitucionais	189
6.1. Tipologia de princípios constitucionais.....	192
6.2. Sistema interno de princípios e regras constitucionais: uma hierarquia axiológica dos princípios constitucionais	193
6.3. Hierarquia de princípios	194
7. Quadro Sinótico.....	196

Capítulo V

INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL.....	201
1. Hermenêutica e interpretação jurídica.....	201
2. Interpretação jurídica e interpretação constitucional. A especificidade da interpretação constitucional	204
3. As correntes interpretativistas e não interpretativistas no direito norte-americano	205
3.1. Interpretação constitucional e criação judicial do Direito.....	206
4. Métodos de interpretação constitucional	216
4.1. Método jurídico ou hermenêutico-clássico.....	216
4.2. Método tópico-problemático	217
4.3. Método hermenêutico-concretizador	218
4.4. Método científico-espiritual.....	219
4.5. Método normativo-estruturante	219
4.6. Método da interpretação comparativa	220
5. Princípios de interpretação constitucional.....	220

5.1. Princípio da unidade da Constituição	221
5.2. Princípio do efeito integrador	222
5.3. Princípio da máxima efetividade	223
5.4. Princípio da justeza ou da conformidade funcional	223
5.5. Princípio da concordância prática ou da harmonização	223
5.6. Princípio da força normativa da Constituição	224
5.7. Princípio da proporcionalidade ou razoabilidade	225
5.8. Princípio da presunção de constitucionalidade das leis	226
5.9. Princípio da interpretação conforme a Constituição	227
6. A interpretação constitucional e a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição de Peter Häberle	228
7. Quadro Sinótico	229

Capítulo VI

PODER CONSTITUINTE	233
1. Considerações preliminares	233
2. Conceito	234
3. O Poder Constituinte e o pensamento de Sieyès	235
4. Natureza	236
5. Titularidade e exercício do Poder Constituinte	238
6. Espécies de Poder Constituinte: Originário e Derivado	239
7. Poder Constituinte Originário	240
7.1. Conceito	240
7.2. Características	240
7.3. Formas de manifestação	242
7.4. Poder Constituinte Material e Poder Constituinte Formal	242
8. Poder Constituinte Derivado	243
8.1. Conceito	243
8.2. Características	243
8.3. Espécies	243
8.4. Poder Constituinte Reformador	244
8.4.1. Conceito	244
8.4.2. Limitações	244
8.4.3. Processo Legislativo de Emenda à Constituição: processo de reforma constitucional	249
8.4.4. Controle de constitucionalidade da reforma constitucional	251
8.5. Poder Constituinte Decorrente	251
9. Mutação constitucional	253
10. Direito Constitucional intertemporal	253
10.1. Princípio da Recepção	254
10.2. Repristinação	254
10.3. Desconstitucionalização	255
11. Quadro Sinótico	255

Capítulo VII

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	261
1. Considerações iniciais.....	262
2. Conceito e pressupostos do Controle de Constitucionalidade	262
2.1. Conceito.....	262
2.2. Pressupostos.....	263
2.2.1. A Constituição escrita e formal	264
2.2.2. A Constituição como norma jurídica fundamental, rígida e suprema.....	264
2.2.3. A previsão de um órgão competente	265
3. Antecedentes históricos e evolução do controle de constitucionalidade	266
3.1. O sistema “americano” da <i>judicial review of legislation</i> ou “difuso” de controle de constitucionalidade e o <i>leading case</i> William Marbury v. James Madison	268
3.2. O sistema “austriaco” ou “concentrado” de controle de constitucionalidade. A contribuição de Kelsen	276
3.3. O sistema francês de controle de constitucionalidade e as alterações advindas da Reforma Constitucional de 23 de julho de 2008	283
3.3.1. O Controle de Constitucionalidade na França, a Constituição de 04 de outubro de 1958 e o Conselho Constitucional	283
3.3.1.1. Composição do Conselho Constitucional	284
3.3.1.2. Competência do Conselho Constitucional	285
3.3.2. O Controle Preventivo de Constitucionalidade na França	285
3.3.3. O Controle Repressivo de Constitucionalidade na França e a Questão Prioritária de Constitucionalidade (QPC)	286
3.3.4. Considerações finais.....	288
3.4. A evolução do controle de constitucionalidade no Brasil	289
3.4.1. A Constituição de 1824	289
3.4.2. A Constituição de 1891	289
3.4.3. A Constituição de 1934	290
3.4.4. A Constituição de 1937	291
3.4.5. A Constituição de 1946	292
3.4.6. A Constituição de 1967/1969	292
3.4.7. A Constituição de 1988	293
4. Modelos de controle de constitucionalidade	294
4.1. Quanto ao parâmetro do controle.....	295
4.2. Quanto ao objeto do controle.....	297
4.3. Quanto ao momento da realização do controle.....	297
4.4. Quanto à natureza do órgão com competência para o controle	299
4.5. Quanto ao número de órgãos com competência para o controle	302
4.6. Quanto ao modo de manifestação do controle.....	303
4.7. Quanto à finalidade do controle.....	305
5. Controle difuso de constitucionalidade.....	305
5.1. O controle difuso-incidental de constitucionalidade na Constituição brasileira de 1988. Considerações gerais e natureza da questão constitucional.....	305

5.2.	A provocação do controle difuso-incidental de constitucionalidade.....	306
5.3.	A legitimidade para provocar o controle difuso-incidental de constitucionalidade	307
5.4.	A competência para realizar o controle difuso-incidental de constitucionalidade	308
5.5.	O procedimento do controle difuso-incidental de constitucionalidade	312
5.6.	Os efeitos da decisão no controle difuso-incidental de constitucionalidade.....	314
5.7.	O controle difuso-incidental de constitucionalidade e a suspensão da execução do ato pelo Senado Federal	316
6.	Controle concentrado de constitucionalidade.....	326
6.1.	O controle concentrado de constitucionalidade na Constituição brasileira de 1988. Considerações gerais e natureza da questão constitucional.....	326
6.2.	Conceito e tipos de inconstitucionalidade.....	327
6.3.	A provocação do controle concentrado-principal de constitucionalidade: as Ações Diretas.....	332
7.	Ação Direta de Inconstitucionalidade	335
7.1.	Origem, conceito e finalidade	335
7.2.	Legitimidade <i>ad causam</i>	336
7.3.	Competência.....	342
7.4.	Parâmetro e objeto	346
7.5.	Procedimento. A Lei nº 9.868/99.....	356
7.5.1.	Da Medida Cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade.....	357
7.5.2.	Da intervenção do <i>amicus curiae</i> em Ação Direta de Inconstitucionalidade.....	358
7.5.3.	Procedimento abreviado em Ação Direta de Inconstitucionalidade.....	361
7.6.	Decisão e efeitos.....	361
7.6.1.	Modulação dos efeitos gerais e temporais.....	366
7.6.2.	Técnicas de decisão e efeitos.....	368
8.	A Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão	371
8.1.	Origem e generalidades.....	371
8.2.	Natureza, finalidade e procedimento	372
8.2.1.	Possibilidade de medida cautelar na ADI por omissão.....	374
8.3.	Legitimidade <i>ad causam</i> e competência	375
8.4.	Parâmetro e objeto	375
8.4.1.	A omissão inconstitucional: conceito e características	376
8.4.2.	Momento em que ocorre a omissão inconstitucional	378
8.4.3.	A omissão inconstitucional e suas modalidades.....	379
8.4.3.1.	Omissão inconstitucional total e parcial.....	379
8.4.3.2.	Omissão inconstitucional formal e material.....	382
8.4.3.3.	Omissão inconstitucional absoluta e relativa.....	383
8.4.4.	As omissões controláveis.....	383
8.4.5.	A omissão inconstitucional no Direito Comparado	384
8.5.	Decisão e seus efeitos	386
8.6.	Distinções entre a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão e o Mandado de Injunção	394
9.	Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva (Representação Interventiva)	396

9.1. Origem, conceito e finalidade	396
9.2. Legitimidade <i>ad causam</i>	398
9.3. Competência	399
9.4. Parâmetro e objeto	399
9.5. Procedimento. A Lei nº 12.562/2011.....	400
9.6. Da medida liminar	402
9.7. Decisão e efeitos	402
10. Ação Declaratória de Constitucionalidade.....	403
10.1. Origem, conceito e finalidade	403
10.2. Legitimidade <i>ad causam</i>	404
10.3. Competência	405
10.4. Parâmetro e objeto	405
10.5. Procedimento. A Lei nº 9.868/99.....	405
10.6. Decisão e efeitos	406
11. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.....	407
11.1. Origem, delineamento constitucional e generalidades do instituto.....	407
11.2. A parametricidade da arguição de descumprimento: os Preceitos Constitucionais Fundamentais.....	412
11.3. Conceito de “descumprimento” na arguição	415
11.4. Modalidades da arguição de descumprimento.....	416
11.5. Arguição direta ou autônoma	417
11.5.1. Legitimidade <i>ad causam</i>	418
11.5.2. Competência	422
11.5.3. Procedimento. A Lei nº 9.882/99.....	422
11.5.4. Medida liminar.....	424
11.5.5. Objeto. Os atos ou omissões controláveis	425
11.5.5.1. Atos normativos	426
11.5.5.2. Atos não normativos e as decisões judiciais.....	428
11.5.5.3. Atos municipais	429
11.5.5.4. Atos anteriores à Constituição	430
11.5.5.5. Atos políticos	431
11.5.5.6. Projetos de leis ou de emendas constitucionais.....	432
11.5.5.7. Ato de interpretação e aplicação do regimento interno do Legislativo incompatível com o processo legislativo	434
11.5.6. Decisão e seus efeitos	435
11.6. Arguição incidental.....	439
11.6.1. Legitimidade <i>ad causam</i>	441
11.6.2. Objeto	443
11.6.3. Controvérsia constitucional relevante	444
11.7. O caráter subsidiário da arguição de descumprimento de preceito fundamental. O significado e alcance do § 1º do art. 4º da Lei nº 9.882/99	445
11.8. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental como instrumento de reconhecimento do Estado de Coisas Inconstitucional.....	451

11.8.1. O Estado de Coisas Inconstitucional	451
11.8.2. O Projeto de Lei nº 736/2015 e as alterações na Lei nº 9.882/99 (Lei da ADPF)	452
12. Controle de Constitucionalidade nos Estados-Membros	453
12.1. Considerações gerais.....	453
12.2. O Controle de constitucionalidade difuso-incidental nos Estados.....	453
12.3. O Controle de constitucionalidade concentrado-principal nos Estados	456
13. Quadro Sinótico.....	461

Capítulo VIII

HISTÓRICO DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS	477
1. Antecedentes do constitucionalismo brasileiro	477
2. A Constituição de 1824.....	478
3. A Constituição de 1891	480
3.1. A instalação da Primeira República	480
3.2. Traços gerais da Constituição de 1891	480
4. A Constituição de 1934.....	481
4.1. A Revolução de 1930.....	481
4.2. Traços gerais da Constituição de 1934	482
5. A Constituição de 1937	483
5.1. O Estado Novo.....	483
5.2. Traços gerais da Constituição de 1937	484
6. A Constituição de 1946	484
7. A Constituição de 1967	485
7.1. O Golpe Militar de 1964.....	485
7.2. Traços gerais da Constituição de 1967	486
8. A Constituição de 1969 (EC nº 01/69)	486
9. A Constituição de 1988	487
9.1. Antecedentes.....	487
9.2. Traços gerais e estrutura da Constituição de 1988.....	488
10. Quadro Sinótico.....	489

Capítulo IX

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.....	493
1. Considerações iniciais.....	493
2. Princípio Federativo.....	493
3. Princípio Republicano.....	496
4. Princípio do Estado Democrático de Direito	497
5. Princípio da Soberania Popular.....	498
6. Princípio da Separação de Poderes.....	499
6.1. O Poder político e as funções estatais.....	499
6.2. Antecedentes históricos da teoria clássica da separação das funções estatais.....	500
6.3. A separação das funções estatais nas Constituições brasileiras	505

6.4. A separação das funções estatais ante uma nova dogmática constitucional: a necessidade de uma revisão da teoria clássica da separação de Poderes	506
7. Princípios Fundamentos do Estado brasileiro	509
8. Princípios Objetivos Fundamentais do Estado brasileiro	511
9. Princípios regentes das relações internacionais	511
10. Quadro Sinótico	513

Capítulo X

TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	517
1. Considerações iniciais	517
2. Delimitação terminológica e conceitual dos direitos fundamentais. Em busca de um conceito constitucionalmente adequado dos direitos fundamentais	518
3. A teoria dos quatro <i>status</i> de Jellinek e as funções dos direitos fundamentais	524
3.1. Função de defesa ou de liberdade	527
3.2. Função de prestação	528
3.3. Função de proteção perante terceiros	530
3.4. Função de não discriminação	530
4. Antecedentes históricos e evolução dos direitos fundamentais	530
4.1. Considerações iniciais	530
4.2. As Declarações de Direitos	535
4.2.1. A Magna Carta	537
4.2.2. A <i>Petition of Rights</i>	538
4.2.3. O <i>Habeas Corpus Act</i>	539
4.2.4. O <i>Bill of Rights</i>	540
4.2.5. O <i>Act of Settlement</i>	540
4.2.6. A Declaração de Direitos do Bom Povo da Virgínia	541
4.2.7. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão	543
4.2.8. A Declaração Universal dos Direitos do Homem	546
4.3. A evolução dos direitos fundamentais: os direitos fundamentais de primeira, segunda, terceira, quarta e quinta geração ou dimensão	551
4.3.1. Os direitos fundamentais de primeira dimensão: os direitos civis e políticos....	554
4.3.2. Os direitos fundamentais de segunda dimensão: os direitos sociais, econômicos e culturais	555
4.3.3. Os direitos fundamentais de terceira dimensão: os direitos de solidariedade....	560
4.3.4. Os direitos fundamentais de quarta dimensão: o direito à democracia direta e os direitos relacionados à biotecnologia	561
4.3.5. Os direitos fundamentais de quinta dimensão: o direito à paz	561
4.4. Considerações finais	562
5. Fundamentos dos Direitos Fundamentais	562
6. A constitucionalização das declarações de direitos, a função legitimadora dos direitos fundamentais e seu regime jurídico-constitucional reforçado	565
7. Características dos direitos fundamentais	568
8. Restrições dos direitos fundamentais	575

9. As dimensões subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais	579
10. A eficácia horizontal dos direitos fundamentais (ou “eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas” ou “eficácia privada dos direitos fundamentais” ou “eficácia externa dos direitos fundamentais”).....	583
11. Os direitos fundamentais e suas garantias.....	585
12. Quadro Sinótico.....	585

Capítulo XI

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	589
1. Os direitos fundamentais na constituição federal de 1988	589
2. Os titulares dos direitos fundamentais	591
3. A eficácia dos direitos fundamentais e o princípio da aplicabilidade imediata das normas definidoras de direitos fundamentais. significado e alcance do art. 5º, § 1º, da constituição de 1988	592
4. A concepção materialmente aberta dos direitos fundamentais na Constituição de 1988. o significado e alcance da cláusula de “abertura material ou de inesgotabilidade dos direitos fundamentais” do art. 5º, § 2º e o novo § 3º.....	601
5. A classificação dos direitos fundamentais na Constituição de 1988.....	614
6. O Estado de Coisas Inconstitucional como garantia de Direitos Fundamentais	619
7. Quadro Sinótico.....	623

Capítulo XII

DOS DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS	627
1. Considerações iniciais.....	627
2. Direito à vida	627
3. Direito à igualdade.....	630
4. Direito à liberdade	635
4.1. Liberdade de ação e o princípio da legalidade.....	635
4.2. Liberdade de locomoção	636
4.3. Liberdade de opinião ou pensamento	636
4.4. Liberdade de expressão de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação..	638
4.5. Liberdade de informação	641
4.5.1. O direito de informar e a liberdade de informação Jornalística. O direito de crítica jornalística.....	643
4.6. Liberdade de consciência e crença. A objeção ou escusa de consciência.....	647
4.7. Liberdade de reunião	651
4.8. Liberdade de associação	653
4.9. Liberdade de opção profissional.....	655
4.9.1. Liberdade de Profissão como Direito Fundamental	655
4.9.2. Limitações à Liberdade de Profissão	656
5. Direito à privacidade.....	660
5.1. Direito à intimidade.....	664
5.2. Direito à vida privada.....	665
5.3. Direito à honra.....	666

5.4. Direito à imagem	667
5.5. Direito à inviolabilidade da casa	667
5.6. Direito ao sigilo de correspondências e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas	669
6. Direito de propriedade	676
6.1. Propriedade intelectual	677
6.2. Direito de herança.....	677
7. Direito de petição.....	678
8. Direito de certidão	678
9. Direito de acesso à justiça	679
10. Direito à segurança jurídica	680
10.1. Garantia do direito adquirido	683
10.2. Garantia do ato jurídico perfeito.....	683
10.3. Garantia da coisa julgada	684
11. Direito à garantia do devido processo legal.....	685
12. Direito às garantias do contraditório e da ampla defesa	686
13. Direito à segurança em matéria penal e processual penal	686
14. Direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.....	711
15. Quadro Sinótico.....	713

Capítulo XIII

DOS DIREITOS SOCIAIS.....	721
1. Considerações iniciais.....	721
2. Direitos sociais do trabalhador	724
3. Direitos sociais da seguridade social.....	730
3.1. Direito à saúde	730
3.2. Direito à previdência social.....	739
3.3. Direito à assistência social.....	740
4. Direitos sociais à educação e à cultura	740
4.1. Direito à educação.....	740
4.2. Direito à cultura	743
5. Direito social ao meio ambiente ecologicamente equilibrado	744
6. Direitos sociais da criança, do adolescente, do jovem e da pessoa idosa.....	745
7. A efetividade dos direitos sociais e a reserva do possível	747
8. Quadro Sinótico.....	754

Capítulo XIV

DO DIREITO DE NACIONALIDADE	759
1. Considerações iniciais.....	759
2. Conceito de nacionalidade.....	759
3. Espécies de nacionalidade.....	760
4. Modos de aquisição da nacionalidade.....	760
5. O polipátrida e o apátrida (<i>heimatlos</i>).....	761

6. Os brasileiros na constituição federal de 1988.....	762
6.1. Os brasileiros natos	763
6.2. Os brasileiros naturalizados	767
7. Distinção entre brasileiros natos e naturalizados	769
8. Perda da nacionalidade brasileira.....	773
9. Reaquisição da nacionalidade brasileira.....	774
10. A situação dos portugueses com residência permanente no Brasil	775
11. Quadro Sinótico.....	776

Capítulo XV

DOS DIREITOS POLÍTICOS	779
1. Considerações iniciais.....	779
2. Modalidades de direitos políticos.....	780
3. Direitos políticos positivos.....	780
3.1. Direitos políticos ativos.....	780
3.2. Direitos políticos passivos	781
4. Direitos políticos negativos	784
4.1. Inelegibilidades	784
4.1.1. Inelegibilidades absolutas	785
4.1.2. Inelegibilidades relativas.....	785
4.1.3. Outros casos de Inelegibilidades	790
4.2. Perda e suspensão de direitos políticos	795
5. Dos partidos políticos	798
5.1. Conceito.....	799
5.2. Liberdade partidária	799
5.3. Autonomia partidária	800
5.4. Direitos dos partidos políticos	801
6. Quadro Sinótico.....	809

Capítulo XVI

DAS AÇÕES CONSTITUCIONAIS	813
1. Considerações gerais.....	813
2. <i>Habeas corpus</i>	813
2.1. Escorço histórico da origem do instituto.....	813
2.2. Natureza Jurídica	815
2.3. Espécies.....	815
2.4. Legitimidade <i>ad causam</i>	815
2.4.1. Legitimidade ativa	815
2.4.2. Legitimidade passiva	816
2.5. Hipóteses de cabimento	816
2.6. Competência	817
2.7. Procedimento.....	819

3.	Mandado de segurança	820
3.1.	Conceito, delineamento constitucional e generalidades do instituto.....	820
3.2.	Natureza Jurídica	821
3.3.	Espécies.....	821
3.4.	Legitimidade <i>ad causam</i>	821
3.4.1.	Legitimidade ativa	821
3.4.2.	Legitimidade passiva	822
3.5.	Cabimento	823
3.6.	Objeto da impetração.....	824
3.7.	Competência	826
3.8.	Procedimento.....	827
3.9.	Da Medida Liminar.....	828
3.10.	Da Sentença	829
3.11.	Do Pedido de Suspensão da execução da Liminar e da Sentença	830
3.12.	Do Mandado de Segurança Coletivo.....	830
3.13.	Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	831
4.	Mandado de injunção	832
4.1.	Origem e considerações gerais a respeito do instituto.....	832
4.2.	Objeto	838
4.3.	Legitimidade ativa.....	839
4.4.	Legitimidade passiva.....	840
4.5.	Competência	841
4.6.	Decisão e seus efeitos	842
4.7.	Aspectos processuais do Mandado de Injunção e a Lei nº 13.300/2016	852
5.	<i>Habeas data</i>	854
6.	Ação popular.....	856
6.1.	Considerações gerais.....	856
6.2.	Requisitos específicos da ação.....	857
6.3.	Finalidade da ação.....	857
6.4.	Objeto da ação popular	858
6.5.	Legitimidade <i>ad causam</i>	859
6.5.1.	Legitimidade ativa	859
6.5.2.	Legitimidade passiva	859
6.6.	Competência	860
6.7.	Liminar, sentença e coisa julgada	860
7.	Ação civil pública	860
8.	Quadro Sinótico.....	867

Capítulo XVII

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

1.	O princípio federativo e o Estado Federal	871
1.1.	Estado Federal e Estado Unitário	872

1.2.	Estado Federal e Estado Regional.....	872
1.3.	Estado Federal e Confederação de Estados	872
1.4.	Características comuns do Estado Federal	872
1.5.	Estado Federal e tipos de Federalismo	874
2.	O federalismo brasileiro	875
2.1.	Origem e evolução histórica do federalismo brasileiro	875
2.2.	A Organização Política do Estado brasileiro	876
3.	A repartição de competência.....	876
3.1.	O princípio da predominância do interesse	876
3.2.	Técnicas de repartição de competência	877
4.	A repartição de competência na Constituição brasileira de 1988.....	877
4.1.	A repartição horizontal de competência. Técnicas	878
4.2.	A repartição vertical de competência.....	878
5.	Competências e sua classificação	878
5.1.	Competência legislativa	879
5.2.	Competência não legislativa ou material.....	879
5.3.	Outras competências.....	879
6.	A união	879
6.1.	A posição da União na Federação	879
6.2.	Brasília: sede do governo da União	880
6.3.	Bens da União	880
6.4.	Competência material da União.....	883
6.4.1.	Competência material exclusiva da União.....	883
6.4.2.	Competência material comum da União.....	889
6.5.	Competência legislativa da União	891
6.5.1.	Competência legislativa privativa da União. A delegação de competência aos Estados	891
6.5.2.	Competência legislativa concorrente da União	898
7.	Os estados federados.....	903
7.1.	A posição dos Estados-membros na Federação. O poder constituinte decorrente das Assembleias Legislativas.....	903
7.2.	Competência material (exclusiva e comum)	904
7.3.	Competência legislativa (exclusiva e concorrente). A competência suplementar	905
7.4.	Bens dos Estados.....	905
7.5.	Dos Deputados Estaduais e Governadores.....	906
8.	O distrito federal.....	907
8.1.	A posição do Distrito Federal na Federação e suas competências.....	907
9.	Os municípios.....	908
9.1.	O Município nas Constituições anteriores	909
9.1.1.	O Município na Constituição do Império	909
9.1.2.	O Município na Constituição de 1891	909
9.1.3.	O Município na Constituição de 1934.....	910

9.1.4.	O Município na Constituição de 1937.....	910
9.1.5.	O Município na Constituição de 1946.....	911
9.1.6.	O Município na Constituição de 1967.....	911
9.2.	As competências do Município na Constituição Federal de 1988	912
9.2.1.	A competência legislativa	915
9.2.2.	A competência material.....	917
10.	Os territórios federais.....	919
10.1.	Natureza.....	919
10.2.	Organização	919
11.	Intervenção	919
11.1.	Conceito.....	920
11.2.	Intervenção Federal.....	920
11.3.	Intervenção Estadual.....	924
11.4.	Formalidades comuns	924
12.	A administração Pública	925
12.1.	Conceito.....	925
12.2.	Organização	927
12.2.1.	Administração direta.....	928
12.2.2.	Administração indireta	929
12.3.	Regime jurídico-administrativo e os princípios constitucionais da Administração Pública.....	930
12.3.1.	Princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado	932
12.3.2.	Princípio da indisponibilidade do interesse público.....	933
12.3.3.	Princípio da Legalidade.....	934
12.3.4.	Princípio da Impessoalidade	934
12.3.4.1.	Princípio da Intranscendência Subjetiva da Sanção.....	935
12.3.5.	Princípio da Moralidade.....	936
12.3.6.	Princípio da Publicidade	938
12.3.7.	Princípio da Eficiência	941
12.3.8.	Princípio da Finalidade Pública.....	941
12.3.9.	Princípio da Presunção de Legitimidade	942
12.3.10.	Princípio da Autotutela	942
12.3.11.	Princípio do Controle Judicial dos Atos Administrativos.....	944
12.3.12.	Princípio da Motivação	945
12.3.13.	Princípio da Responsabilidade do Estado.....	946
12.3.14.	Princípio do acesso universal aos cargos, empregos e funções públicas	946
12.3.15.	Princípio do prévio concurso público para acesso aos cargos e empregos públicos	947
12.3.15.1.	Concurso público e pessoa com deficiência.....	954
12.3.15.2.	Concurso público e reserva de vagas às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas	956
12.3.16.	Princípio da obrigatoriedade da licitação	958
12.4.	Dos Servidores Públicos.....	959

12.4.1.	Agentes Públicos	959
12.4.2.	Espécies de Agentes Públicos	960
12.4.2.1.	Agentes políticos	960
12.4.2.2.	Agentes ou servidores administrativos do Estado	961
12.4.2.2.1.	Servidores públicos	961
12.4.2.2.2.	Servidores empregados (ou empregados públicos)	965
12.4.2.2.3.	Servidores temporários	967
12.4.2.2.4.	Militares	970
12.4.2.3.	Agentes particulares em colaboração com o Estado	971
12.4.3.	Direitos dos trabalhadores extensivos aos servidores públicos. O direito à livre associação sindical e o direito de greve	972
12.4.4.	Remuneração e subsídio do servidor	975
12.4.5.	Estabilidade do servidor	986
12.4.6.	Previdência do servidor	989
12.5.	Dos Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios	1007
12.6.	Das Regiões	1009
13.	Quadro Sinótico	1010

Capítulo XVIII

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES	1023
1. As funções do Estado e a separação de poderes	1023
2. Do poder legislativo	1026
2.1. Órgãos do Poder Legislativo	1026
2.1.1. Órgãos do Poder Legislativo da União: O Congresso Nacional. O Bicameralismo. As Casas Legislativas e a composição do C.N.	1026
2.1.1.1. Sistema Proporcional <i>versus</i> Voto Distrital	1028
2.1.2. Órgãos do Poder Legislativo dos Estados: as Assembleias Legislativas dos Estados e a Câmara Legislativa do DF. Composição	1029
2.1.3. Órgãos do Poder Legislativo dos Municípios: as Câmaras de Vereadores dos Municípios. Composição	1030
2.2. Organização interna do Poder Legislativo	1035
2.2.1. A Mesa Diretora	1035
2.2.2. As Comissões Parlamentares	1036
2.2.2.1. Comissões Permanentes	1037
2.2.2.2. Comissões Temporárias	1038
2.2.2.3. Comissões Mistas	1038
2.2.2.4. Comissões de Inquérito	1038
2.2.2.5. Representativa	1046
2.2.3. A Polícia Legislativa e Órgãos Administrativos	1046
2.3. O funcionamento dos Órgãos do Poder Legislativo	1047
2.3.1. A Legislação	1047
2.3.2. As Sessões legislativas	1047
2.3.2.1. Sessão Legislativa Ordinária	1047

2.3.2.2.	Sessão Legislativa Extraordinária	1047
2.3.3.	As Sessões.....	1048
2.3.3.1.	Ordinárias	1048
2.3.3.2.	Extraordinárias.....	1049
2.3.4.	As Sessões preparatórias.....	1049
2.4.	As atribuições do Congresso Nacional.....	1050
2.4.1.	Competências Legislativas do Congresso Nacional	1050
2.4.2.	Competências Políticas do Congresso Nacional.....	1052
2.5.	As atribuições da Câmara dos Deputados (art. 51)	1058
2.6.	As atribuições do Senado Federal (art. 52).....	1060
2.7.	Quórum para deliberações (art. 47).....	1063
2.8.	O Processo Legislativo	1064
2.8.1.	Conceito e objeto. As espécies de atos legislativos	1064
2.8.2.	Atos do processo legislativo.....	1071
2.8.2.1.	Iniciativa legislativa	1071
2.8.2.2.	Emendas parlamentares.....	1073
2.8.2.3.	Votação	1075
2.8.2.4.	Sanção e veto	1077
2.8.2.5.	Promulgação e publicação	1078
2.9.	Procedimentos legislativos	1079
2.9.1.	Procedimento legislativo ordinário	1079
2.9.2.	Procedimento legislativo sumário	1080
2.9.3.	Procedimentos legislativos especiais.....	1081
2.10.	Dos Deputados e dos Senadores	1081
2.10.1.	Prerrogativas	1081
2.10.1.1.	As imunidades	1081
2.10.1.2.	O privilégio de foro por prerrogativa da função	1088
2.10.1.3.	Isenção do serviço militar.....	1091
2.10.1.4.	Manutenção das prerrogativas durante os Estados de Exceção.....	1091
2.10.2.	Incompatibilidades.....	1092
2.10.3.	Perda do mandato	1092
2.10.3.1.	Cassação	1092
2.10.3.2.	Extinção.....	1093
2.11.	Da fiscalização contábil, financeira e orçamentária e dos Tribunais de Contas.....	1098
2.11.1.	Dos Tribunais de Contas	1102
2.11.1.1.	Do Tribunal de Contas da União.....	1102
2.11.1.2.	Do Tribunal de Contas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios	1103
3.	Do poder executivo.....	1105
3.1.	Sistemas de governo.....	1105
3.1.1.	Parlamentarismo	1105
3.1.2.	Presidencialismo	1107

3.2.	O Poder Executivo no Brasil e o Presidente da República.....	1108
3.3.	Eleição do Presidente da República.....	1109
3.4.	Substituição e sucessão do Presidente da República.....	1110
3.5.	Atribuições do Presidente da República.....	1113
3.6.	Responsabilidade do Presidente da República.....	1116
3.7.	Prerrogativas do Presidente da República.....	1120
3.8.	Auxiliares do Presidente da República.....	1122
3.9.	Órgãos de Consulta do Presidente da República.....	1123
3.9.1.	Conselho da República.....	1123
3.9.2.	Conselho de Defesa Nacional.....	1123
4.	Do poder judiciário.....	1124
4.1.	A função jurisdicional do Estado.....	1124
4.2.	Órgãos do Poder Judiciário.....	1125
4.3.	O Estatuto da Magistratura.....	1127
4.4.	As Garantias do Poder Judiciário.....	1135
4.4.1.	Garantias funcionais do Poder Judiciário.....	1136
4.4.2.	Garantias institucionais do Poder Judiciário.....	1138
4.5.	Quinto Constitucional.....	1141
4.6.	Regime Constitucional dos Precatórios.....	1143
4.7.	Do Supremo Tribunal Federal.....	1159
4.8.	Do Conselho Nacional de Justiça.....	1181
4.9.	Do Superior Tribunal de Justiça.....	1186
4.10.	Dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais.....	1194
4.11.	Do Tribunal Superior do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho e dos Juízes do Trabalho.....	1209
4.12.	Dos Tribunais e Juízes Eleitorais.....	1223
4.13.	Dos Tribunais e Juízes Militares.....	1225
4.14.	Dos Tribunais e Juízes dos Estados.....	1230
4.15.	Dos Juizados Especiais.....	1232
5.	Das funções essenciais à justiça.....	1233
5.1.	Do Ministério Público.....	1233
5.1.1.	Histórico.....	1233
5.1.2.	O Ministério Público no Brasil pré-Constituição de 1988.....	1234
5.1.3.	O Ministério Público na Constituição Federal de 1988.....	1235
5.1.4.	Princípios institucionais.....	1239
5.1.4.1.	Unidade.....	1239
5.1.4.2.	Indivisibilidade.....	1240
5.1.4.3.	Independência funcional.....	1240
5.1.5.	Garantias e impedimentos dos membros do Ministério Público.....	1240
5.1.6.	Funções institucionais.....	1242
5.1.7.	Conselho Nacional do Ministério Público.....	1243
5.1.8.	O Ministério Público junto aos Tribunais de Contas.....	1245

5.2. Da Advocacia Pública	1245
5.3. Da Advocacia	1248
5.4. Da Defensoria Pública	1250
6. Quadro Sinótico.....	1257

Capítulo XIX

DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS..... 1273

1. Considerações gerais.....	1273
2. Do sistema Constitucional das crises e dos estados de exceção.....	1273
2.1. Do Estado de Defesa	1274
2.2. Do Estado de Sítio.....	1275
2.3. Das disposições comuns aos Estados de Defesa e de Sítio.....	1277
3. Das forças armadas	1277
4. Da segurança pública	1281
5. Quadro Sinótico.....	1285

Capítulo XX

DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO 1287

1. Do sistema tributário nacional.....	1287
1.1. Dos Princípios Gerais do Sistema Tributário Nacional	1290
1.2. Dos Tributos: Noção de Tributo. Obrigação Tributária, Hipótese de Incidência Tributária e Fato Imponível do Tributo. Base de Cálculo e Alíquota.....	1293
1.3. A competência tributária	1300
1.3.1. Técnicas de repartição da competência tributária	1300
1.3.2. Limites ao exercício da competência tributária	1301
1.4. Classificação dos Tributos.....	1301
1.5. O imposto	1304
1.5.1. Impostos reais e pessoas	1305
1.5.2. Impostos diretos e indiretos	1305
1.5.3. Impostos em espécies	1306
1.5.3.1. Impostos da União.....	1306
1.5.3.2. Impostos dos Estados e do Distrito Federal.....	1309
1.5.3.3. Impostos dos Municípios.....	1312
1.5.3.4. Do Imposto de Competência Compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios	1316
1.6. A taxa.....	1322
1.6.1. A irrelevância da destinação do produto arrecadado	1323
1.6.2. A taxa e o preço (tarifa).....	1323
1.7. A Contribuição de Melhoria	1324
1.8. Os Empréstimos Compulsórios	1325
1.9. As Contribuições sociais	1327
1.9.1. As contribuições sociais de intervenção no domínio econômico – CIDE	1329

1.9.2.	As contribuições sociais de interesse de categorias profissionais ou econômicas, como instrumento da atuação da União nas respectivas áreas	1329
1.9.3.	As contribuições sociais da seguridade social.....	1330
1.10.	Das Limitações ao Poder de Tributar	1332
1.10.1.	O Princípio da Legalidade Tributária	1332
1.10.2.	Princípio da Igualdade Tributária.....	1334
1.10.3.	Princípio da Capacidade Contributiva	1334
1.10.4.	Princípio da Irretroatividade da Lei Tributária.....	1334
1.10.5.	Princípio da Anterioridade.....	1336
1.10.6.	O Princípio da Não Cumulatividade	1337
1.10.7.	Princípio da Seletividade.....	1339
1.10.8.	Princípio da vedação do confisco	1340
1.10.9.	Princípio da Imunidade recíproca	1341
1.10.10.	As imunidades dos templos de qualquer culto	1342
1.10.11.	As imunidades dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos	1343
1.10.12.	As imunidades dos livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão	1344
1.10.13.	As imunidades dos fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham	1345
1.10.14.	Outras limitações	1345
1.11.	Da repartição das receitas tributárias.....	1346
1.12.	Regimes Diferenciados de Tributação e a Cesta Básica Nacional de Alimentos	1354
1.13.	Das regras de transição estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 132/2023	1355
2.	Das finanças públicas.....	1361
2.1.	Considerações gerais.....	1361
2.2.	Dos Orçamentos	1363
2.3.	A Emenda Constitucional 109/2021, o Ajuste Fiscal de Vedações e o Estado de Calamidade Pública de Âmbito Nacional.....	1373
2.4.	A Emenda Constitucional nº 95/2016, o Teto de Gastos Públicos (Novo Regime Fiscal da União), a Lei Complementar nº 200/2023 e o Novo Regime Fiscal Sustentável.....	1376
2.5.	A Emenda Constitucional nº 106/2020 e o Regime Extraordinário Fiscal, Financeiro e de Contratações durante da pandemia da COVID-19 – Orçamento de Guerra.....	1380
3.	Quadro Sinótico.....	1382

Capítulo XXI

DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA.....	1393
1. Conceito de ordem.....	1393
2. Ordem econômica.....	1393
2.1. Ordem Econômica e Constituição Econômica.....	1394
2.2. A Ordem Econômica nas Constituições brasileiras.....	1396

2.3.	Ordem Econômica na Constituição brasileira de 1988	1397
2.4.	Ordem Econômica, Meio Ambiente e Desenvolvimento sustentável	1401
2.5.	Da Política Urbana	1405
2.5.1.	Desapropriação por descumprimento da função social da propriedade urbana	1406
2.6.	Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária	1408
2.6.1.	Desapropriação para fins de reforma agrária.....	1409
3.	Do sistema financeiro nacional	1412
4.	Quadro Sinótico.....	1413

Capítulo XXII

DA ORDEM SOCIAL	1415
1. Considerações gerais.....	1415
2. Objetivos.....	1415
3. Da seguridade social	1416
3.1. Saúde.....	1422
3.2. Previdência social	1432
3.3. Assistência social.....	1440
4. Da educação, da cultura e do desporto.....	1442
4.1. Da educação.....	1442
4.2. Da cultura	1452
4.3. Do desporto	1453
5. Da ciência, tecnologia e inovação.....	1454
6. Da comunicação social.....	1455
7. Do meio ambiente.....	1457
8. Da família, da criança, do adolescente, do jovem e da pessoa idosa.....	1471
8.1. Da família	1471
8.2. Da criança, do adolescente e do jovem.....	1474
8.3. Da pessoa idosa.....	1476
9. Dos Povos Indígenas	1477
10. Quadro Sinótico.....	1481
BIBLIOGRAFIA	1487